

RADAR Especial

Ministra prega “serenidade” no debate sobre cotas nas universidades

Em visita a Santa Maria no dia 10 de maio, a ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), Matilde Ribeiro, palestrou na UFSM sobre a política de cotas nas instituições de ensino superior. O projeto de lei 7399, que está para ser votado na Câmara, prevê que 50% das vagas nas universidades federais sejam reservadas para estudantes de escolas públicas, negros e índios. Essa discussão, conforme a ministra, não pode ser feita da ótica do ser contra ou a favor, “é preciso debater de uma forma serena”, prega ela.

Matilde declarou ainda que o governo Lula não é o primeiro a criar políticas públicas para os negros, porém, teria sido o que deu prioridade para a questão

e criou organismos como o SEPPPIR, que tem o objetivo de construir a transversalidade dessas políticas. “O governo brasileiro está enfrentando este diálogo e realizando algumas ações para superar essa realidade, mas não mudamos uma realidade em quatro anos”, reforçou.

Antes da palestra, ela participou de uma entrevista coletiva a convite da prefeitura municipal e ressaltou que “a política de cotas não é a salvação da lavoura, mas deve ser adotada como um impulso para diminuir a exclusão”. Outros projetos como a Reforma Universitária, o Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB) e o Programa Universidade para Todos foram citados pela ministra como



Matilde (em palestra e, no detalhe da foto): realidade mudará aos poucos



Fotos: ANA PAULA NOGUEIRA

medidas que irão colaborar para a inclusão de negros, índios e pessoas de baixa renda na universidade. Segundo Matilde, somente pelo ProUni, 40 mil afrodescendentes e dois mil indígenas ingressaram no ensino superior. “Tudo que fazemos é pouco diante das dificuldades históricas do nosso país, mas estamos fazendo história”, enfatizou.

A luta dos quilombos modernos

Local isolado, formado por escravos negros fugidos. Essa talvez seja a primeira idéia que vem à mente das pessoas quando se fala em quilombo. Um exemplo histórico é o Quilombo de Palmares, com seu herói, Zumbi. Essa noção remete-nos a um passado remoto de nossa História, ligado exclusivamente ao período no qual houve escravidão no País. Quilombo seria, pois, uma forma de se rebelar contra esse sistema, seria onde os negros iriam se esconder e se isolar do restante da população.

Consagrada pela “História oficial”, essa visão ainda permanece arraigada no senso comum. Por isso, o espanto quando se fala sobre comunidades quilombolas presentes e atuantes nos dias de hoje, passados mais de 100 anos do fim do sistema escravocrata. Foi principalmente com a Constituição Federal de 1988 que a questão quilombola entrou na agenda das políticas públicas. Fruto da mobilização do movimento negro, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: “Aos remanescentes

das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.”

As chamadas comunidades remanescentes de quilombos existem em praticamente todos os Estados brasileiros. Levantamento da Fundação Palmares, do MinC (Ministério da Cultura) mapeou 743 dessas comunidades. De acordo com outras fontes, o número total de comunidades remanescentes de quilombos pode chegar a dois mil. A dificuldade em se obter informações precisas e tornar amplo o conhecimento da população sobre as comunidades remanescentes de quilombos se deve, em grande parte, ao fato de elas terem permanecido isoladas até muito recentemente.

Esse isolamento fazia parte de uma estratégia que garantiu a sobrevivência de grupos organizados com tradições e relações territoriais próprias, formando, em suas especificidades, uma identidade étnica e cultural que deve ser respeitada e preservada. A garantia do acesso à terra, rela-

cionada à identidade étnica como condição essencial para a preservação dessas comunidades, tornou-se uma forma de compensar a injustiça histórica cometida contra a população negra no Brasil, aliando dignidade social à preservação do patrimônio cultural brasileiro - tanto seus bens materiais como imateriais.

Segundo os dados da Coordenadoria de Políticas Públicas para a Comunidade Negra em Santa Maria, na região Sul, Centro e Fronteira-Oeste, as comunidades quilombolas registradas são: Picada (São Lourenço do Sul), Cambará (Cachoeira do Sul), Rincão Santo Inácio (Nova Palma), Ipê (São Sepé), Passo dos Brum (São Sepé), Cerro do Formigueiro, Cerro do Louro e Timbaúva, em Formigueiro, Von Bock e Cerro do Ouro (São Gabriel), Rincão dos Negros (Rosário do Sul), Rincão São Miguel e Angico (Alegrete), Palmas (Bagé), Comunidade Arnesto Carneiro, distrito da Palma (Santa Maria), São Miguel e Rincão dos Marti-mianos, em Restinga Seca. (Fontes: SEPPPIR, Google e Prefeitura de Santa Maria)

Santa Maria tem seus quilombolas

Em Santa Maria, o Poder Público Municipal promove ações integradas para melhorar a qualidade de vidas das comunidades quilombolas da região. Foi criado pela Prefeitura um Grupo de Trabalho que reúne a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Comunidade Negra, a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, a Secretaria de Planejamento e a de Captação de Recursos para desenvolver um projeto, encaminhando ao governo federal, cujo objetivo é obter recursos para melhorias de infra-estrutura habitacional na comunidade quilombola Arnesto Penna Carneiro, no distrito da Palma.

Conforme Dilmar Lopes, da Coordenadoria do Negro, um estudo que está sendo efetuado mostra que de 12 a 14 famílias necessitariam de apoio na área habitacional. Os recursos, em torno de R\$ 250 mil, devem ser viabilizados através da Caixa Econômica Federal. Também está previsto pelo Executivo Municipal a abertura de uma rua para melhorar o acesso àquela comunidade. Uma outra tarefa desenvolvida pela Coordenação recentemente foi a elaboração de um curso de formação para comunidades quilombolas das regiões centro e sul do Rio Grande do Sul. O objetivo, conforme Lopes, é qualificar essas populações para que possam intervir diretamente junto aos conselhos municipais, através dos quais se pode acessar recursos às áreas sociais.